ISSN 2358-8357 • Ano 26 • Número 10

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 29 de março de 2023

CNI
Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Nesta edição:

- ***Câmara aprova ampliação do prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação no investimento em controlada domiciliada no exterior (MPV 1148/2022)***
- ***GT da Reforma Tributária continua debate sobre a reforma na ótica do setor produtivo***

Câmara aprova ampliação do prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação no investimento em controlada domiciliada no exterior (MPV 1148/2022)

O **Plenário da Câmara dos Deputados aprovou** hoje (29/03) no **texto original a MPV 1148/2022**, que trata de tributação em bases universais – **TBU**, e consta da **Agenda Legislativa da Indústria de 2023**.

A medida **prorroga até 2024** a possibilidade de as empresas utilizarem o **crédito presumido** de 9% da renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real relativo ao investimento em pessoas jurídicas no exterior. Também prorroga, pelo mesmo período, o regime de **apuração consolidada** da parcela do ajuste do valor do investimento em controlada domiciliada no exterior equivalente aos lucros por ela auferidos antes do Imposto de Renda na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da controladora no Brasil.

É **positiva e garante a competitividade das empresas** com operações no exterior no que tange à carga tributária sobre o lucro obtido pela coligada ou controlada situada fora do Brasil. A internacionalização permite que empresas acessem novos mercados e aumentem as exportações.

A matéria segue para o Senado Federal.

GT da Reforma Tributária continua debate sobre a reforma na ótica do setor produtivo

O Grupo de Trabalho sobre a Reforma Tributária **reuniu-se hoje** (29/03) para **tratar da reforma sob a perspectiva do setor produtivo**. Primeiramente, foram aprovados requerimentos relativos à realização de audiências públicas.

Rodrigo Maia, ex-deputado e Presidente Executivo da **Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF**, mencionou a importância do segmento das instituições financeiras. Afirmou que a maioria dos países – e quase todos os membros da OCDE – adotam a isenção total ou tributação com creditamento. Apoia o modelo de Imposto sobre Valor Agregado – IVA em razão da redução da insegurança jurídica e de postulações administrativas e judiciais decorrentes da dificuldade para identificação da base de cálculo. O IVA tende a melhorar o ambiente de negócios. Demonstrou preocupação com a necessidade de a economia brasileira crescer e esclareceu que a simplificação do sistema reduzirá substancialmente o custo e a complexidade das operações.

Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da **Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNSeg**, iniciou sua fala tratando da importância dos seguros no cenário brasileiro e como a reforma tributária é necessária para ampliar a segurança jurídica. Além disso, algumas premissas necessárias são a simplificação do arcabouço tributário, o não aumento da carga tributária, mais eficiência do sistema tributário e o incentivo da economia. Pleiteou que o Congresso considere as especificidades do setor de seguros.

José Augusto de Castro, Presidente Executivo da **Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB**, manifestou a importância da reforma do consumo. Reduzindo o custo, aumenta-se a exportação. Nesse aspecto, criticou fortemente a exportação de tributos. Mencionou, também, a importância do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras – **Reintegra**. Sobre o assunto, a CNI defende a aprovação do **PL 882/2023**, que propõe elevar a alíquota do ressarcimento dos tributos que não podem ser compensados para 7,4%. Esse percentual corresponde ao resíduo tributário atual dos produtos industriais, considerando-se as incidências de PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS. O projeto consta da **Agenda Legislativa da Indústria de 2023**.

Guilherme Mercês, **Diretor de Economia e Inovação na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC**, criticou a alíquota única do IBS e relatou preocupação sobre o efeito, em curto prazo, que a reforma poderá trazer aos bens e serviços. Em nome da CNC, falaram também Gilvero Alvarenga, Consultor Tributário, e Fábio Bentes, Economista Senior.

Marcos Barbosa Pinto, **Secretário Especial de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda**, mencionou a vantagem de o IVA atingir somente o valor adicionado e ressaltou a necessidade de não haver cumulatividade para o setor financeiro, conquanto, sem reduzir a arrecadação estatal.

Edson Paulo Domingues, **Doutor em Economia pela USP e Professor da UFMG**, afirmou que a reforma deve capturar os detalhes setoriais da tributação e que, em médio prazo, o setor de serviços tende a ganhar. Dessa forma, **os resultados da reforma serão positivos todos os setores**.

A expectativa é de que na próxima terça-feira seja recebida para apresentar, de forma virtual, **a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Simone Tebet**. Devido ao funcionamento da Câmara dos Deputados na próxima semana em razão do feriado, o GT prorrogou para a os dias 11 e 12 de abril as reuniões sobre saúde e educação.

Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CNI
Confederação Nacional da Indústri
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA